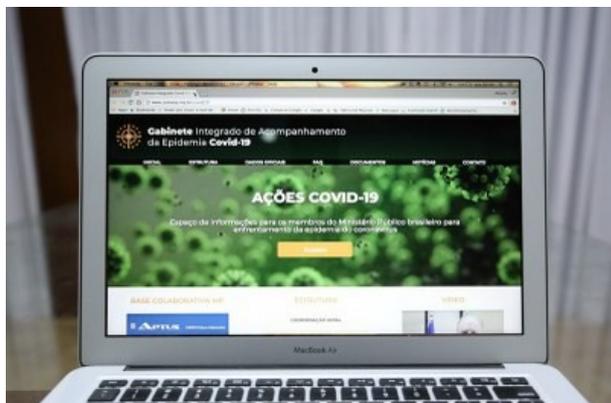




O que está sendo feito?

1. Giac participa de reunião na Câmara dos Deputados sobre medicamentos do kit intubação



A coordenadora finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac), Célia Regina Souza Delgado, e o subprocurador-geral da República Hindemburgo Chateubriand participaram, nesta quarta-feira (24), de reunião técnica da Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus da Câmara dos Deputados para discutir a falta de sedativos e relaxantes

musculares que fazem parte do kit intubação. No encontro, Célia apresentou o acordo fechado entre Ministério da Saúde, Anvisa, estados e municípios, a partir da mediação e articulação do Giac, que traz soluções emergenciais para o problema. Ela explicou que o Gabinete Integrado começou a acompanhar o problema no início do mês, ao receber informações dos membros focalizadores sobre a falta de remédios do kit em diversos estados.

O acordo, fechado depois de duas reuniões, prevê a sub-rogação de contratos vigentes, para que os estados que tenham medicamentos comprados e em estoque possam distribuí-los aos estados em situação crítica. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde vai fazer licitação centralizada, com ata de registros de preços, para aquisição emergencial de alguns produtos do kit e distribuição de acordo com a situação de cada local. Estados e municípios poderão depois aderir à ata. Por fim, poderá haver compra internacional dos produtos em falta, via Organização Panamericana de Saúde (Opas).

A solução foi referendada na reunião da Comissão de Intergestores Tripartite do SUS na semana passada. Célia explicou que, segundo informações prestadas ontem pelo Ministério da Saúde, a sub-rogação de contratos já



está funcionando. “O Ministério Público segue acompanhando os desdobramentos, para monitorar a eficácia das medidas”, afirmou.

A reunião teve debates e apresentações do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas, da Anvisa e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que, como desdobramento do acordo, mapeou a situação dos estoques dos diversos remédios do kit nos estados. Também foram ouvidos representantes de associações médicas e da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça. As informações serão compiladas pela Câmara dos Deputados e enviadas ao Gabinete Integrado.

2. Destinações do MPT garantem instalação de lavatórios públicos e distribuição de cestas básicas

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco reverteu R\$ 30.260 para a Companhia Pernambucana de Saneamento, para a instalação de lavatórios para asseio pessoal em locais de grande circulação. Na Região Metropolitana do Recife, foram instalados 15 lavatórios; e, no interior do estado, 25. Os equipamentos estão posicionados perto de feiras e mercados, além de ruas próximas a lotéricas e bancos. [Leia mais.](#)

Já a unidade do MPT no Pará e no Amapá conseguiu recursos provenientes de dois acordos para a compra de cestas básicas e kits de higiene para a população vulnerável do município de Altamira. A expectativa é distribuir, a partir da próxima semana, 1.140 cestas básicas e 1.140 kits. [Leia mais.](#)

3. MPF questiona uso de recursos públicos em festas promovidas pela Prefeitura de Paulo Afonso (BA)

O MPF oficiou, nesta quarta-feira (24), o prefeito do município de Paulo Afonso (BA), para que informe quais recursos públicos estão sendo usados para promover o “Forró Esperança” realizado pela prefeitura nas ruas da cidade entre 23 e 30 de junho, em plena pandemia do novo coronavírus. Em investigação que acompanha a aplicação de recursos federais no combate à pandemia, a prefeitura informou ao MPF não ter verba para a conclusão dos dez leitos de UTI e 40 de internação previstos para serem instalados no Hospital Nair Alves de Souza. Onze respiradores estão sem uso na cidade. [Leia mais.](#)



4. MP/MG faz alerta sobre momento crítico de combate à pandemia no estado

O Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG) divulgou vídeo em que reforça a preocupação da instituição com o crescimento exponencial de casos do novo coronavírus no estado, com o risco de colapso do sistema de saúde. A mensagem, gravada pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, alerta para o momento crítico, com crescimento do número de infectados em Minas, falta de insumos para a intubação de pacientes e a aproximação do pico da pandemia para as próximas semanas. [Leia mais.](#)

5. MP/TO recomenda que município de Araguaína só contrate leitos de UTI particulares quando estiver esgotada a capacidade da rede pública

O Ministério Público do Tocantins (MP/TO) expediu recomendação ao secretário estadual da Saúde orientando que, antes de autorizar a contratação de leitos em hospitais privados em Araguaína para o tratamento de pacientes com covid-19, é preciso esgotar todas as possibilidades de instalação de novos leitos nas unidades da rede pública. Segundo informações levantadas pelo MP/TO, a gestão pública estaria viabilizando a contratação de leitos de UTI do Instituto Sinal de Araguaína, que é de natureza privada, sem antes esgotar a capacidade de expansão hospitalar na rede pública, o que configura irregularidade. [Leia mais.](#)